

ZF vai à Justiça contra corte de incentivos

Indústrias da Zona Franca alegam que redução é inconstitucional e inibirá investimentos na região

KÁTIA BRASIL

Especial para o Estado

O Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam) ingressará com uma ação na Justiça contra a medida provisória do governo que reduz em 50% os incentivos fiscais concedidos às empresas da Zona Franca de Manaus. Para o governo, a mudança é necessária porque trará

uma economia de R\$ 500 milhões por ano. A redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Importação (II) é válida para os novos projetos aprovados pelo Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

O presidente do Cieam, Cristóvão Marques Pinto, disse ao **Estado** que a redução dos incentivos inibirá os empresários a investir na região, o que levará a Zona Franca de Manaus ao esgotamento. "Ninguém investirá mais na Zona Franca depois desse pacote,

que é o do desemprego e da recessão", disse o empresário.

Constituição — Marques Pinto contou que o Cieam aguarda a publicação da medida provisória no *Diário Oficial da União* para dar entrada com a ação no Tribunal de Justiça do Amazonas. A ação, disse ele, está sendo preparada pelo advogado Raimundo Noranha e vai contestar a constitucionalidade da medida. "A isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto de Importação é concedida pela Constituição até o ano 2013", lembra o empresário.